

O MITO DO "TI PAGA BEM": 53% DOS PROFISSIONAIS ESTÃO INSATISFEITOS!



A ideia de que todo trabalhador da Tecnologia da Informação (TI) ganha salários astronômicos está caindo por terra. De acordo com a pesquisa Talent Trends Tech 2025, da Michael Page, a realidade do setor no Brasil é de insatisfação e falta de valorização.

Os dados revelam que mais da metade (53%) dos profissionais de TI brasileiros estão descontentes com seus salários. Esse índice é muito maior que a média global (36%) e até da América Latina (47%). Outro dado que chama atenção é que 23% dos entrevistados revelaram que nunca receberam um aumento salarial. Essa desvalorização, medida pela falta de investimento do patronato na sua mão de obra qualificada, faz com que cerca de 54% da categoria busque ativamente um novo emprego, inclusive fora do País.

Essa desvalorização não é apenas sobre os números no contracheque. Ela reflete a falta de reconhecimento, promoções que

nunca chegam e decisões de lideranças que ignoram o bem-estar do trabalhador. Em um mercado que exige atualização constante e alta produtividade, as empresas precisam entender que retenção de talentos se faz com valorização real.

O SINDADOS/MG segue atento e lutando para que o lucro das empresas de tecnologia se transforme em salários dignos e carreiras sólidas para quem realmente faz a roda girar: VOCÊ!

APROVADA A PRIVATIZAÇÃO DA COPASA CONTRA A VONTADE DO POVO



A entrega da Copasa aos interesses do mercado financeiro, aprovada sem debates amplos e sem transparência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tende a encarecer tarifas, piorar serviços e aprofundar desigualdades no acesso à água e ao saneamento básico.

No apagar das luzes de 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, em segundo turno, o Projeto de Lei (PL) 4.380/2025, que autoriza a privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Com 53 votos favoráveis e 19 contrários, a proposta segue agora para sanção do governador Romeu Zema (Novo), consolidando um processo que representa um ataque direto ao direito humano à água e ao saneamento básico em um estado onde milhões de pessoas dependem desses serviços.

A Copasa é uma das maiores companhias de saneamento do País e referência internacional em gestão pública de água e esgoto. Sua privatização ocorre em um contexto de forte contestação social e política, marcado por sessões tumultuadas, obstruções regimentais e protestos de trabalhadores e movimentos populares nas galerias da ALMG. Parlamentares

da oposição que compõem o Bloco Democracia e Luta denunciaram a falta de transparência, a pressa na tramitação e a ausência de estudos públicos consistentes que comprovassem benefícios reais à população mineira, algo inclusive obrigatório pelo próprio Regimento da Casa.

Do lado de fora da Assembleia, manifestações populares tomaram as ruas de Belo Horizonte e de diversas cidades do interior de Minas Gerais. Trabalhadores da Copasa, sindicatos, movimentos sociais e a população em geral protestaram contra a privatização, alertando para os riscos de transformar um serviço essencial em mercadoria. Os atos denunciaram que a decisão ignora a vontade popular e atende prioritariamente aos interesses de investidores e rentistas.

Experiências internacionais reforçam as justas críticas ao Projeto. Em países como Reino Unido, França e Chile, a privatização dos serviços de água resultou em tarifas mais altas, queda na qualidade do serviço e exclusão de parcelas mais pobres da população. Em muitos desses locais, governos foram obrigados a reestatizar o serviço após décadas de prejuízos sociais, reconhecendo que a lógica do lucro é incompatível com a garantia de um direito básico. Mas nem precisa sair do Brasil para saber os efeitos nefastos dessa medida.

Basta olhar a situação de São Paulo, cujo resultado da privatização da Sabesp foi o aumento das tarifas e a piora no serviço de abastecimento.

Especialistas alertam que, sob gestão privada, investimentos se concentram em áreas mais lucrativas, enquanto regiões periféricas, rurais e cidades menores sofrem com abandono, precarização e aumento da desigualdade no acesso ao saneamento. Além disso, contratos de concessão de longo prazo dificultam o controle público e a reversão de danos causados por má gestão privada.

A privatização da Copasa também levanta questionamentos sobre soberania e segurança hídrica. Entregar o controle da água — um bem comum e estratégico — ao mercado financeiro significa submeter decisões vitais à lógica do lucro, não às necessidades da população ou à preservação ambiental.

Ao aprovar a privatização da Copasa, a maioria dos deputados estaduais endossa um projeto que contraria a experiência internacional, ignora alertas técnicos e despreza a mobilização popular. Trata-se de uma decisão que compromete, por décadas, o acesso à água e ao saneamento em Minas Gerais, aprofundando desigualdades e fragilizando políticas públicas essenciais.

A luta, no entanto, não se encerra com a votação. Movimentos sociais, sindicatos e entidades da sociedade civil devem seguir mobilizados, recorrendo à Justiça, à pressão política e à conscientização da população para barrar ou reverter mais esse processo de privatização de um direito fundamental.

SINDADOS/MG ASSINA MANIFESTO POR JUSTIÇA AOS TRABALHADORES DA DATAPREV DEMITIDOS EM 2020



O SINDADOS/MG oficializou sua assinatura na Carta Aberta ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), unindo-se ao coletivo de 494 ex-trabalhadores (as) da Dataprev que buscam a reparação de injustiças cometidas durante o governo Bolsonaro, em 2020. O documento é uma resposta contundente a um parecer técnico do MGI que ignorou o contexto de pressão e autoritarismo da época.

O manifesto detalha como o chamado Programa de Adequação de Quadro (PAQ) foi utilizado como ferramenta de desmonte da estatal para fins de privatização. A carta contesta a visão "fria e insensível" da atual Nota Técnica do Ministério, que classificou as adesões ao PAQ como voluntárias. O coletivo argumenta que a escolha foi feita sob extrema pressão psicológica, medo da doença e ausência de alternativas reais, agravada pelo corte do plano de saúde que resultou em consequências trágicas para muitos trabalhadores. Implementado no auge da pandemia de COVID-19, o programa impôs condições impraticáveis,

abusivas e persecutórias aos trabalhadores, dentre eles:

- Transferências inviáveis: determinava mudança para outros estados sem ajuda de custo e em meio a bloqueios sanitários.
- Cessões bloqueadas: foram dadas opções de transferências para órgãos públicos, que chegaram a aceitar receber os profissionais, mas a gestão da época negou as liberações.
- Demissões compulsórias: muitos trabalhadores foram desligados via e-mail ou WhatsApp, sem o devido processo legal ou suporte emocional.

Luta pela Reintegração

Com o apoio de parlamentares e reforço sindical, o Coletivo de Trabalhadores da Dataprev, atingidos pelo Programa de Adequação de Quadro - PAQ, no governo Bolsonaro, busca:

- Revisão do Parecer: que o governo considere os relatos testemunhais e a realidade política de 2020.
- Reparação histórica: que sejam tomadas ações concretas para a reintegração ou recontração dos profissionais que dedicaram décadas à Empresa.
- Apoio legislativo: avanço dos Projetos de Lei (PL 1189/2023 e PL 2370/2024) que tratam da situação desses trabalhadores.

“Diante do exposto, solicitamos solidariedade, compreensão e apoio desse Ministério para que nossa luta não seja ignorada. Somos trabalhadores que sofreram consequências graves de decisões injustas, que marcaram profundamente nossas vidas e nossas famílias. Se caminhamos até o presente momento, é porque somos resistência e resiliência enquanto sobreviventes de um processo traumático, e seguimos acreditando que a reparação é possível e necessária. Rogamos por justiça, por reparação do que foi cometido aos 494 trabalhadores. Rogamos por oportunidade de recuperar nossos empregos, nossa dignidade e nossa trajetória profissional. Com tristeza afirmamos que muitos não tiveram e muitos não terão essa chance, porque foram ceifados pela pandemia ou pelo adoecimento mental devido ao impacto e ações divorciadas de princípios de promoção da classe trabalhadora brasileira”.

O SINDADOS/MG reafirma seu compromisso com a classe trabalhadora e com a luta por justiça para aqueles que resistiram ao projeto de desmonte do patrimônio público.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Stefanini	0011126-95.2025.5.03.0023	26/01/2026	08:00	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência
Sindados MG	WYNTECH	0011157-61.2025.5.03.0138	25/02/2026	08:05	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	27/02/2026	10:10	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytics)	0010650-93.2025.5.03.0108	17/03/2026	10:45	Videoconferência
Sindados MG	Modular Mining	0011929-44.2016.5.03.0007	18/03/2026	14:00	Videoconferência
Sindados MG	SERPRO	0010915-67.2025.5.03.0182	01/07/2026	09:30	44ª Vara do Trabalho de BH

GREVE NOS CORREIOS EXPÕE LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO



Trabalhadoras e trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) iniciaram, no último dia 16 de dezembro, uma greve por tempo indeterminado em nove estados. O movimento, que já mobiliza sindicatos de norte a sul do País, é uma resposta direta a uma pauta de retrocessos proposta pela estatal e à paralisação das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, cuja data-base venceu em 1º de agosto. Desde o dia 29 de julho, os trabalhadores estiveram em negociação com a Empresa. Com a data-base vencida e o esgotamento das negociações, a categoria realizou uma série de assembleias que decidiram pela paralisação por tempo indeterminado.

Os sindicatos que aderiram a medida foram os do Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Empresa, em vez de apresentar propostas de valorização, colocou sobre a mesa a retirada de direitos históricos, como o vale-alimentação de Natal. Também pretende deixar de ser a mantenedora do plano de saúde, medida que, segundo a secretária-geral do Sintcom-PR, Elisabete Ortiz, “atinge diretamente a qualidade de vida e a segurança dos trabalhadores e de suas famílias”, dado o cenário atual de precarização do atendimento. A implantação da jornada 12x36 e o anúncio de um PDV que pode demitir 15 mil pessoas e fechar mil unidades completam o pacote que aprofunda a insegurança e o desmonte.

A greve, no entanto, enfrenta uma retórica de intimidação vinda do alto escalão do governo. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, declarou que uma paralisação legítima a pauta da privatização dos Correios – uma chantagem explícita contra o direito constitucional de greve. A mesma liderança já havia defendido, em julho, a demissão em massa de funcionários e o fechamento de agências, transferindo para os trabalhadores o custo de más gestões passadas.

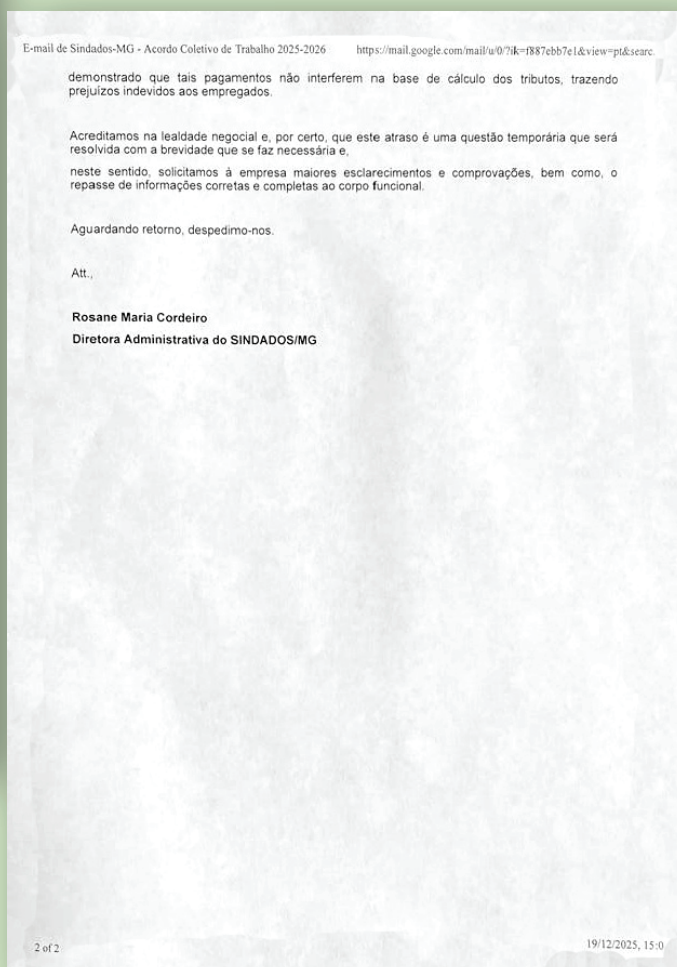
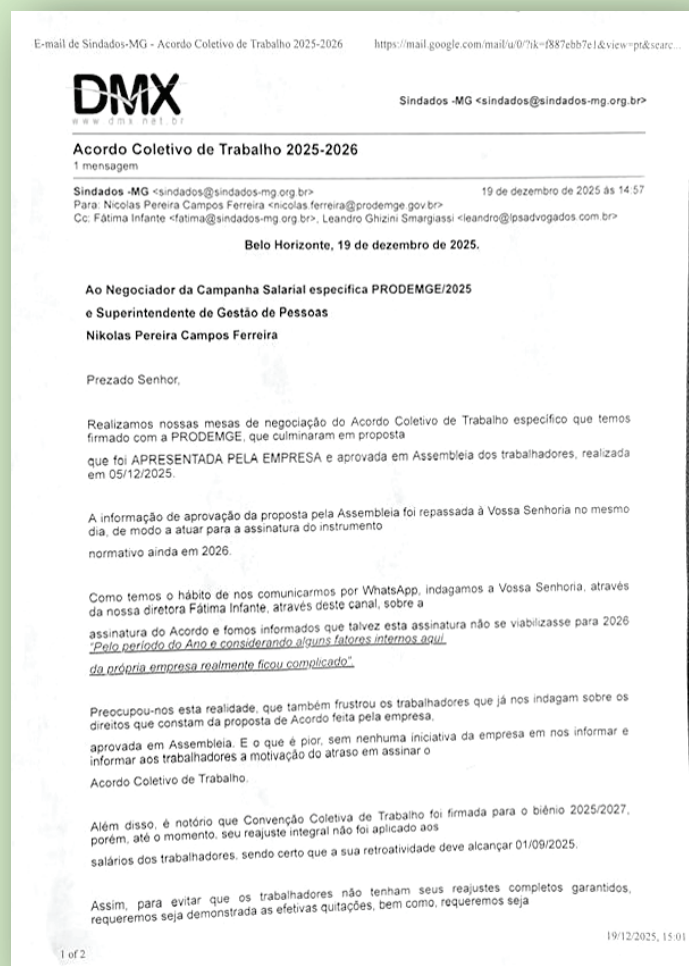
Enquanto o alto escalão da estatal recebeu aumentos de 14% neste ano, a categoria luta por reajuste que reponha a inflação e pela manutenção de conquistas históricas, como adicional de férias e compensação por trabalho aos fins de semana.

Os trabalhadores neste momento lutam em defesa dos seus direitos e em defesa da empresa pública e exigem investimentos e respeito, não ameaças e cortes. Apoiaram a eleição de Lula e festejaram sua iniciativa de retirar os Correios do rol de privatizações, porém este apoio não é um cheque em branco.

A greve é, portanto, mais do que uma luta por melhores condições de trabalho. É uma trincheira contra os mecanismos de entrega do patrimônio público ao capital privado, um caminho que, como visto em outros casos pelo País, só gera prejuízos para a população.

A categoria reafirma: não aceitará chantagens. Seguirá mobilizada em defesa dos empregos, dos direitos e de um serviço postal público, universal e estratégico para o povo brasileiro.

CAMPANHA SALARIAL PRODEMGE



BOAS FESTAS!



"Não faça da sua vida um rascunho, poderá não ter tempo de passá-la a limpo".

– Mário Quintana

Que essa provocação nos inspire a viver o agora com a determinação de bem viver.

Afinal, como disse Mia Couto: "O que faz andar a estrada? Enquanto a gente sonhar, a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem amigos do futuro."

"Feliz Natal a todos e todas!"

Que não nos falte disposição para lutar em 2026.



Boas FESTAS

**JUNTOS, PROCESSAMOS UM
FUTURO MELHOR!**

Que a tecnologia nos aproxime
e a união nos fortaleça. O
SINDADOS/MG deseja um Feliz
Natal e um Próspero Ano Novo a
toda a categoria.
Em 2026, seguimos juntos na
defesa dos nossos direitos!



AVISO DE Recesso

A diretoria do SINDADOS/MG informa
que o Sindicato funcionará normalmente
até o dia 23 de dezembro/25. Estaremos
em recesso do dia:

24/12/2025 a 04/01/2026

Retornaremos nossas atividades normais a
partir do dia:

05 de Janeiro de 2026

Boas Festas!

